



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

1.1 Descrição do objeto

Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde/PMRC no atendimento da Rede de Atenção Básica de Saúde, incluindo Farmácia Municipal, Postos de Saúde e demais unidades de atendimento que necessitam de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica Portaria nº 1.555/GM/MS e suas atualizações.

1.2 Especificação do produto/quantitativos

ITEM		MEDICAMENTO	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE SOLICITADA
01	0267501	ACIDO ACETILSALICÍLICO	500MG COMPRIMIDO	1.500
02	0308726	BENZOATO BENZILA 2,5% 60ML	2,5% FRASCO 60ML	200
03	0269992	ERITROMICINA 500MG	500MG COMPRIMIDO	500
04	0269990	ERITROMICINA SU 125MG/5ML 60ML	SUSPENSÃO 125MG/5ML 60ML	50
05	0267712	OMEPRAZOL 20MG	20MG CAPSULA	200.000
06	0268302	SALBUTAMOL 2MG	2MG COMPRIMIDO	1.000
07	0292331-1	SALBUTAMOL 2MG/5ML XPE 100ML..	2MG/5ML XPE 100ML..	250
08	0308884	SULFA+TRI 200+40MG/5ML 60ML...	200+40MG/5ML 120ML...	250
09	0448841	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50 MG+ 12,5 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 75 ML	50 MG+ 12,5 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 75 ML	3.500



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RECEBIM N° 34125
015
15

10	0271217	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125 MG	500 MG + 125 MG	70.000
11	0362720	BISOPROLOL 2,5MG	2,5MG COMPRIMIDO	100.000
12	00282224-1	CARBOCISTEÍNA 50 MG/ML XAROPE 100 ML	50 MG/ML XAROPE 100 ML	1000
13	0282222-1	CARBOCISTEÍNA 20 MG/ML XAROPE 100 ML	20 MG/ML XAROPE 100 ML	1000
14	0270895-2	CARBONATO DE CALCIO 500MG	500MG COMPRIMIDO	5000
15	267566	CARVEDILOL 3,125 MG	3,125MG COMPRIMIDO	100.000
16	267628	CINARIZINA 25MG	25MG COMPRIMIDO	5.000
17	0269986-1	CLARITROMICINA 250MG	250MG CAPS/COMP	1.000
18	272901	CLOBAZAM 10MG	10MG COMPRIMIDO	15.000
19	267522	CLOMIPRAMINA 25MG	25MG COMPRIMIDO	25.000
20	267522	TETRACICLINA, CLORIDRATO + ANFOTERICINA B 25 + 12,5 MG/G CREME VAGINAL 45 G	25 + 12,5 MG/G CREME VAGINAL 45 G	50
21	0268242	DELTAMETRINA 0,2MG XAMPU 100ML	0,2MG XAMPU 100ML	200
22	0267568	DILTIAZEM 60MG	60MG COMPRIMIDO	10.000
23	0272580	DORZOLAMIDA 2 % SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML	2 % SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML	100



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

34/125
016

24	0343494	ESPIRAMICINA (1,5 MUI) 500 MG	(1,5 MUI) 500 MG	500
25	267657	FENITOINA 100MG	100MG COMPRIMIDO	40.000
26	0267256	FENOTEROL SOLUÇÃO ORAL	FENOTEROL, BROMIDRATO 5 MG/ML SOLUÇÃO PARA NEBULIZAÇÃO 20 ML	200
27	442754	GLICLAZIDA 30MG	30MG COMPRIMIDO	120.000
28	268111	HIDRALAZINA 25MG	25MG COMPRIMIDO	20.000
29	0404690	ISOFLAVONA 75MG	75MG CAPSULA	1.000
30	0273402	ISOSSORBIDA, MONOTRATO 5MG	5MG COMPRIMIDO	1.000
31	433691	METILFENIDATO 10MG	10MG CAPS/COMPR	15.000
32	273266	NALTREXONA 50MG COMPRIMIDO	50MG COMPRIMIDO	1.000
33	270007	NIMODIPINO 30MG	30MG COMPRIMIDO	5.000
34	268273	NITROFURANTOINA 100MG CAPS	100MG CAPS	20.000
35	0268851	NORFLOXACINO 400MG	400MG COMPRMIDO	15.000
36	268159	PENTOXIFILINA 400MG	400MG COMPRIMIDO	500
37	0267773	PERMETRINA 50 MG/ML LOÇÃO 60 ML	50 MG/ML LOÇÃO 60 ML	200
38	485304	SACCHAROMYCES BOULARDII - 17 100 MG CÁPSULA	17 100 MG CÁPSULA	300



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO N° 341/25

FL. N°

017



39	0267765	SULFADIAZINA 500MG	500MG COMPRIMIDO	500
40	332468	SULFATO FERROSO (5MG/ML DE FERRO ELEMENTAR) 25 MG/ML XAROPE 100 ML	25 MG/ML XAROPE 100 ML	50
41	02667393	TETRACICLINA 500MG	500MG CAPSULA	500
42	272581	TIMOLOL, MALEATO 0,5 % SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML	0,5 % SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML	300

2. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE (art.6, XXIII, a da Lei 14.133/2021)

2.1 O prazo de vigência do registro de preços será de 12(doze) meses, contados da data da assinatura. Este instrumento não obriga à contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas, podendo a Secretaria promover a solicitação de acordo com suas necessidades, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência, em igualdade de condições.

3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os itens 01,02,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29, 30, 31,32,33,34,35,36,37,38,39,40,41 e 42 tiveram resultado deserto ou fracassado na solicitação de registro de preço - processo 120/2025 (pregão presencial 0014/2025) e necessitam de nova tentativa de aquisição, para obtenção de registro de preço.

3.2 Muitos itens já encontram zerados nos estoque, itens esses de extrema importância para saúde de nossa população

3.3 Os quantitativos solicitados foram aumentados significativamente, por entendermos que na modalidade Registro de Preço não há obrigatoriedade de bloqueio orçamentário e nem obrigatoriedade de adquirir as quantidades contidas nesta requisição, baseia-se este pedido na garantia de oferecer à população de Rio Claro um acesso adequado aos medicamentos e promover o uso racional, diminuindo desta forma as demandas judiciais



3.4 No que se refere à opção da adoção do Sistema de Registro de Preço, tal decisão foi baseada por não ser possível definir previamente e com exatidão o quantitativo do objeto a ser demandado, evitar contratações frequentes e por ser tratar de bens perecíveis que exigirão entregas parceladas.

3.5 . Metodologia do Quantitativo

A metodologia de quantitativo é aplicada através de relatório de consumo no sistema Hórus .

3.6 Justificativa do Quantitativo Solicitado

Os quantitativos solicitados foram aumentados significativamente, por entendermos que na modalidade Registro de Preço não há obrigatoriedade de bloqueio orçamentário e nem obrigatoriedade de adquirir as quantidades contidas nesta requisição, baseia-se este pedido na garantia de oferecer à população de Rio Claro um acesso adequado aos medicamentos e promover o uso racional, diminuindo desta forma as demandas judiciais

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1 As devidas cotações foram realizadas pelo Departamento de Compras onde o menor valor e disponibilidade da empresa em fornecer os OPMEs de maneira imediata.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste termo de referência.

5.2 Garantia da Execução do Contrato

5.2.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

5.2.2. Por ser uma compra de materiais cujo objeto será cumprido no momento da entrega do material

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Qualificação Técnica

Serão exigidas especificação técnica dos OPMEs.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e da Lei 14.133/2021)

7.1 A entrega dos medicamentos deverá ser única e integral de acordo com as necessidades, feita em até 7 (Sete) DIAS CORRIDOS após a assinatura do instrumento de contrato, ou da simples retirada da nota de empenho, quando for o caso. Ressalvados os casos em que a Administração Pública, previamente, e em decisão fundamentada,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO Nº 341/25
019
10

autorizar a dilação desse prazo de entrega. Qualquer despesa inerente ao processo de logística para entrega do produto ficará sob a responsabilidade do fornecedor registrado.

7.2 Os bens deverão ser entregues Rodovia Saturino Braga, Bairro Guarita Cep: 27.475-000, Rio Claro-RJ. no horário de 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 16h30min ou em local previamente estabelecido e sinalizado no momento do envio da nota de empenho.

7.3 Os medicamentos com validade **IGUAL, INFERIOR OU SUPERIOR a 24 meses** – no mínimo 70% (setenta por cento) da sua validade, a partir da data de fabricação do produto.

7.3.1 O critério de validade mencionado faz-se necessário em razão do processo para a realização do pedido possuir, via de regra, previsão para 12 (doze) meses de consumo, sendo influenciado por fatores diversos, tais como fortuitos sazonais, questões técnicas relacionadas a produção dos laboratórios, logística na entrega, surtos de doenças específicas e alterações generalizadas na demanda.

7.3.2 A entrega de produtos com prazo de validade diferente do que foi previsto na cláusula 7.3 só poderá ocorrer mediante autorização **PRÉVIA da Área do Núcleo de Assistência Farmacêutica, mediante a emissão de CARTA DE COMPROMISSO DE TROCA sem qualquer encargo**, termo ou condição. A eventual presença desses elementos acidentais incluídos unilateralmente pela CONTRATADA no instrumento citado será considerada não escrita pela Administração Pública, podendo, a qualquer tempo, revogar eventual autorização de entrega com prazo de validade diverso, e deflagrar o processo punitivo contra aqueles que descumprirem as regras contratuais originárias e demais ajustes firmados supervenientemente com a Administração.

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes nos instrumentos convocatórios (Edital, Termo de Referência e Proposta), devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1 Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, fica designado a Servidora Cláudia Teresinha Cunha da Silva Mat 21/312, para acompanhar e fiscalizar a execução da entrega dos medicamentos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução e determinando o que for necessário a regularização de faltas ou defeitos observados.

8.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente a Administração ou terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei 14.133/2021.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021)



9.1 O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do art. 141 da Lei 14.133/2021.

9.2 Considera-se como marco inicial na ordem cronológica de exigibilidade, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a data do "atesto" da nota fiscal eletrônica, danfe, fatura ou documento equivalente pela unidade administrativa responsável pelo contrato.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR DA AQUISIÇÃO POR CONTRATAÇÃO DIRETA (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021) e (arts. 74 ou 75 da Lei 14.133/2021)

10.1 A contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, com base no valor, o qual está sendo utilizado como base para elaboração deste termo de referência, uma vez que ele dispõe do mesmo objeto a ser contratado.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

10.1 O custo estimado da contratação será feita com o menor valor, atendendo todas as especificações técnicas

11. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

13.1 DA CONTRATADA

11.1.1 Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes de cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Secretaria Municipal de Saúde de Rio Claro-RJ;

11.1.2. Responsabilizar-se por possíveis danos causados diretamente pela administração ou por terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, até a entrega dos medicamentos, incluindo o transporte e o frete, se necessários;

11.1.3. Ter ciência de que os Medicamentos que forem entregues em desacordo com o especificado neste projeto básico, ou na proposta da empresa vencedora, será rejeitado parcial o totalmente, conforme o caso;

11.1.4. Entregar os Medicamentos no prazo, condições e local indicado, sujeitando-se às leis do consumidor e à avaliação da equipe de profissionais da Secretaria de Saúde (almoarifado e do Centro de abastecimento farmacêutico), para recebimento e análise condicional dos medicamentos;



11.1.5. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do fornecimento do medicamento;

11.1.6. As distribuidoras e as empresas produtoras de medicamentos deverão apresentar:

- *Autorização de funcionamento junto à anvisa (atualizada);*
 - *Licença sanitária junto à visa (vigilância sanitária - atualizada);*
 - *Certificado de regularidade técnica expedido pelo CRF (atualizado);*
 - *Deverá vir impresso nas embalagens a expressão - "proibido a venda pelo comércio" (port. 2.814/gm de 29 de maio de 1998);*
 - *O prazo de validade deverá ser, no máximo 30% do tempo de vida útil decorrido à partir da data de fabricação, ou seja com 70% de sua validade intacta;*
 - *Deverão ser entregues separados por lotes e data de validade, com os respectivos quantitativos impressos na nota fiscal;*
- Todos os lotes deverão vir acompanhados de laudo analítico-laboratorial, expedido pela empresa produtora;*
- *Registro sanitário do produto;*

12.2 DA CONTRATANTE

12.2.1 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações assumidas;

12.2.2 Efetuar o pagamento ajustado, no prazo e nas condições estabelecidas neste instrumento;

12.2.3 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços com vistas ao seu perfeito cumprimento, sob os aspectos: quantitativo e qualidade comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

12.2.4 Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente Termo de Referência e tudo o mais que se relacione com a prestação dos serviços, desde que não acarrete ônus para o Contratante ou modificação das obrigações;

12.2.5 Somente efetuar pagamentos à CONTRATADA quando comprovada sua regularidade fiscal, que obrigatoriamente, precederá a liquidação da despesa pelo Setor Financeiro e Contábil do Fundo Municipal de Saúde;

12.2.6 Rejeitar qualquer serviço e equivocadamente em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência;



12.2.7 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento dos materiais no prazo de vigência do contrato;

12.2.8 Proporcionar condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato e legislações pertinentes;

12.2.9 Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no Termo de Referência;

12.2.10 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após a realização dos serviços/confirmação da execução contratual, estando de acordo com emissão da Nota Fiscal.

13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art.6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)

Em anexo...

14. DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

14.1 Para efetiva participação da CONTRATADA no certame, na dispensa ou na inexigibilidade, o MUNICÍPIO DE RIO CLARO-RJ, fará o tratamento dos dados pessoais dos representantes legais e outros, de acordo com o definido nas legislações vigentes, e zelar e responsabilizar-se-á pela proteção dos dados e privacidade;

14.2 A CONTRATADA obriga-se, durante a participação em todas as fases do procedimento, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e dados pessoais sensíveis, especialmente a regulamentação municipal e a Lei nº 14.709/2018, empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário.

14.3 O MUNICÍPIO DE RIO CLARO E A CONTRATADA, ao realizar o tratamento de dados pessoais, o farão de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

14.4 A CONTRATADA declara ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, zelando e responsabilizando-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar.

14.5 É vedada à CONTRATADA a utilização de qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, no processo de dispensa e inexigibilidade de licitação para finalidade distinta da participação deste. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhe forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

14.6 A CONTRATADA fica obrigada a notificar o MUNICÍPIO DE RIO CLARO, em até 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

PROCESSO Nº 341125
FL. Nº 023
10/01/2025

relativas à proteção de dados pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

14.7 As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais.

14.8 A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao MUNICÍPIO DE RIO CLARO e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste instrumento quanto a proteção e uso de dados pessoais.

14.9 As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor, e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

14.10 As disposições no tocante proteção de dados permanecem durante toda execução do objeto a ser contratado, sem prejuízo de novas cláusula definidas no instrumento contratual resultante deste procedimento, na medida de abrangência dentro de seu escopo. Mesmo que encerrada a vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

14.11 Por ocasião da assinatura do futuro contrato, a(s) empresa(s) sagrada(s) vencedora(s), deverão seguir um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, a fim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais em sua estrutura organizacional.

14.12 Por ocasião da assinatura do contrato, o MUNICÍPIO DE RIO CLARO-RJ poderá solicitar à(s) EMPRESA(s) vencedora(s) do certame dados de contato do seu respectivo encarregado de dados, conforme exigidos nos documentos de habilitação jurídica.

14.13 A LICITANTE, para ter conhecimento da política de privacidade do MUNICÍPIO DE RIO CLARO-RJ deverá acessar o link www.rioclaro.rj.gov.br e, para maiores informações, poderá entrar em contato com o Encarregado de Dados por meio do endereço eletrônico de email lgpd@rioclaro.rj.gov.br.

15. GERAIS

Não há disposições gerais.

16. ANEXO(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA

16.1 orçamentos dos OPMEs



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO Nº 3411/25
EL. Nº 024

Rio Claro-RJ, 24 de Junho de 2025.

Cláudia Teresinha Cunha da Silva

Farmacêutica- CRF 10503

Matricula: 21/2013